

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

GRAPEIA PEDE INCLUSÃO URGENTE DE PROJETO

O vereador suplente José Carlos Grapeia (PSD), que participou ontem de sua última sessão na cadeira de Cristiano Lopes (PSD), conseguiu aprovar, com pedido de urgência, seu Projeto de Lei (PL) nº 12.533, que restringe a solução de pipas, papagaios e brinquedos similares a parques, campos esportivos, clubes e áreas rurais ou urbanas livres de fiação elétrica, além de vedar o uso de cerol ou produto semelhante.

MULTA É DE R\$ 1.600 E PODE SER DOBRADA

A proposta de Grapeia ainda prevê multa de 10 Unidades Fiscais do Município (UFM) aos infratores, o que equivale a R\$1606,60 reais, e pode ser dobrada em caso de reincidência. O vereador Marcelo Gastaldo (PTB) elogiou o projeto, mas se mostrou preocupado com a fiscalização da medida, uma vez que a maior parte dos infratores é menor de idade.

SEMENTE DIVULGA SEMANA DA ADOÇÃO

O Grupo de Apoio à Adoção Semente (GAA) divulgou, durante a sessão de ontem, a Semana da Adoção, tradicionalmente promovida pela entidade na cidade. Ana Raquel Damasceno, representante do grupo, apresentou o tema da campanha, que é "Convivência Familiar e Comunitária", e convidou todos a participar das atividades que acontecem entre 20 e 25 de maio. A campanha começa com uma caminhada no Parque da Cidade neste domingo.

LIGABÓ JUSTIFICA AUSÊNCIA NA SESSÃO

O vereador Wagner Ligabó (PPS) justificou, em post publicado em sua página pessoal do Facebook, a ausência na sessão ordinária de ontem da Câmara de Jundiá. O parlamentar está de repouso por cinco dias depois de ter realizado uma pequena cirurgia na perna. "Apesar da dor me sinto bem e confiante para voltar à ativa até o final da semana. Até lá, perna para o alto e foco na recuperação", escreveu.

Com protesto fraco, Câmara aprova o reajuste salarial

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Todos os cinco projetos que tratavam do reajuste salarial de 6% dos servidores públicos e vereadores de Jundiá foram aprovados na sessão ordinária de ontem da Câmara Municipal, sem grandes protestos no plenário. Dos cerca de 200 manifestantes que eram aguardados na Casa, segundo boatos que circularam nas redes sociais ao longo do dia, apenas 30, aproximadamente, compareceram para protestar contra a medida.

A baixa adesão dos servidores ao protesto é mais uma demonstração clara do racha existente dentro do Sindicato dos Servidores Públicos de Jundiá (Sindserjun). Segundo o presidente Márcio Cadorna, um grupo de opositores dentro da instituição não aceitou a proposta da prefeitura após quatro rodadas de negociações e, incentivados por uma minoria de funcionários públicos, declarou estado de greve na segunda-feira, como o Jj noticiou.

Mesmo assim, a sessão foi suspensa pelo presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), por cerca de 15 minutos, até que fosse restabelecido o silêncio. Os manifestantes,



Baixa adesão dos servidores ao protesto contra o reajuste salarial de 6% demonstra racha no sindicato da categoria

apesar de serem poucos, gritaram "vergonha" e "fora Martinelli" durante a discussão de outro Projeto de Lei (PL) em discussão no momento.

O PL 12.526, de autoria do

prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), que concede o reajuste de 6% mais um aumento de 10% no vale-alimentação, foi aprovado por 16 votos favoráveis e uma abstenção do ve-

reador Edicarlo Vieira (PSD). Os outros quatro projetos de resolução que tratavam do aumento de mesmo valor para os funcionários da Câmara, os gestores municipais e os próprios

vereadores, porém, foram aprovados por unanimidade.

VETO MANTIDO

Pela primeira vez este ano os vereadores decidiram manter um veto do prefeito. O PL 12.336, que proíbe, nos comércios, a exposição de alimentos ultraprocessados em prateleiras ao alcance de crianças, recebeu veto total. Apesar de ser legal e constitucional, a prefeitura alegou que a crise econômica e limitações administrativas para fiscalizar a norma tornam o projeto inviável.

O veto foi mantido por 11 votos favoráveis e 8 contrários, o que expõe uma divisão de opiniões entre os parlamentares. Aqueles contrários à medida afirmaram que foram procurados por diversos comerciantes em seus bairros que reclamaram da lei.

Já os favoráveis ao projeto lembraram que o projeto de lei foi amplamente discutido em audiência pública e foi considerado pioneiro no país, tendo o apoio de diversos órgãos nacionais, como o Instituto Alana e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), além de médicos, nutricionistas e alguns representantes do comércio.

COLABORAÇÃO BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI